

# RELATÓRIO FINAL DO PROJETO

## I. DADOS BÁSICOS

**Nome da organização:** Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

**Título do projeto:** *Strengthening Enforcement of Environmental Laws in the Atlantic Forest of the Central Corridor, Brazil*

**Parceiros que contribuíram para a implementação do projeto:**

Ministério Público do Estado da Bahia  
Polícia Militar do Estado da Bahia  
Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia  
CARE Brasil  
União Européia  
BirdLife International  
SAVE Brasil

**Datas de início e término do projeto (de acordo com o contrato):** 1 fevereiro 2006 – 31 maio 2008

**Data de conclusão deste relatório final (mês/ano):** Julho/2008

## II. OBSERVAÇÕES INICIAIS

**Forneça qualquer observação que possa ajudar na revisão deste relatório.**

## III. ALCANCE DO OBJETIVO GERAL DO PROJETO

*Objetivo Geral do projeto: Equipes das agências de fiscalização e órgãos integrantes do sistema de proteção legal capacitados e sensibilizados para atuarem de forma mais integrada e mais efetiva na defesa da Mata Atlântica*

### Desempenho Planejado X Desempenho Real

Indicadores do Objetivo Geral:	Resultados obtidos:
<b>1.</b> 01 Programa de capacitação desenvolvido para agentes de fiscalização e policiais. 01 Programa de atualização desenvolvido para Promotores e Juizes. Serão desenvolvidos de forma integrada e participativa ate 4 meses apos o inicio do projeto	Os programas de capacitação e atualização foram desenvolvidos e executados para os grupos designados, no periodo entre dezembro de 2006 e junho de 2008..

<p><b>2.</b> 30% dos técnicos, agentes e servidores de cada órgão de proteção legal capacitado ate 11 meses apos o inicio do projeto</p>	<p>Participaram das oficinas e capacitações : 44 Policiais Militares 35 Promotores de Justiça 01 Juiz 02 Policiais Civis 05 Técnicos do Ibama 04 Técnicos do ICMBio 10 Técnicos da SEMA 03 Técnicos da Prefeitura de Ilhéus 04 Técnicos do INCRA</p>
--	--

***Descreva o sucesso do projeto no alcance do objetivo, do impacto previsto e dos indicadores de desempenho.***

Os indicadores de desempenho foram alcançados, mas o conceito original do projeto não implementado efetivamente, porque houve dificuldades na articulação com os órgãos atuantes no sistema de implementação da lei. Alguns órgãos não demonstraram muito entusiasmo na adesão ao conceito de integração do sistema, sendo que alguns, como o judiciário, permanecem inacessíveis a este tipo de discussão mais aberta proposta pelo projeto. De toda forma, houve muitos avanços na participação do Ministério Público e da Polícia Militar.

***Houve algum impacto não previsto (positivo ou negativo)?***

Sim, houve um impacto muito positivo nas publicações todas geradas com apoio fundamental do Ministério Público - MP, trazendo a discussão de temas inéditos no que diz respeito a Lei de Crimes Ambientais, estas publicações estão gratuitas para download no site do MP

<http://www.mp.ba.gov.br/numa/>

Já **disponíveis no site acima**, com apoio do projeto temos :

- o **Caderno Ambiental vol. 2**

- o **Manual Penal Ambiental**

Logo deve estar disponível o **Caderno Ambiental vol. 3.**

Houve um resultado bastante positivo na implantação do pelotão da Companhia de Proteção Ambiental da Polícia Militar, em Ilhéus, vez que a capacitação oferecida foi utilizada como forma de seleção dos membros do pelotão.

Impacto negativo ficou por conta das dificuldades de articulação com alguns órgãos ambientais, como o Ibama e com o Judiciário.

**IV. PRODUTOS DO PROJETO**

*Produtos do projeto: Digite os produtos do projeto de acordo com a Matriz Lógica.*

## Desempenho Planejado X Desempenho Real

Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
<p><b>Produto 1:</b> Programas de capacitação continuada e atualização sobre implementação da legislação ambiental desenvolvido para os seguintes públicos alvos - agentes de fiscalização dos órgãos ambientais, policiais civis, federais e militares, promotores de justiça e juizes</p>	<p>Os programas foram desenvolvidos, embora tenha havido uma baixa participação dos órgãos estaduais e federal de meio ambiente. Houve maior participação do Ministério Público e da Policia Militar.</p>
<p><b>1.1.</b> 6 reuniões realizadas com técnicos dos órgãos de fiscalização para levantamento de informações e material bibliográfico (normas e procedimentos internos, legislação ambiental)</p>	<p>6 reuniões foram realizadas, a saber : 1 reunião com o Gerente Executivo do Ibama, em dezembro de 2006. 1 reunião com técnicos do Ibama – Ilhéus, em março e junho de 2008. 2 reuniões com Ministério Público, em novembro de 2006 e março de 2007. 2 reuniões com a Policia Militar, janeiro de 2007 e março de 2007.</p>
<p><b>1.2.</b> Versão preliminar dos programas organizada e distribuída para comentários entre os técnicos dos órgãos alvo, no prazo de 2 meses apos inicio do projeto</p>	<p>As versões dos programas de cada uma das oficinas foram definidas e desenhadas de comum acordo com as organizações participantes, especialmente com o Ministério Público, Policia Militar e Ibama.</p>
<p><b>1.3</b> Verso final dos programas concluída e distribuída aos técnicos dos órgãos alvo, no prazo de 3 meses apos inicio do projeto</p>	<p>A versão final dos programas foi concluída e segue em anexo.</p>
<p><b>Produto 2:</b> 6 oficinas de capacitação implementadas para os seguintes públicos alvos - agentes de fiscalização dos órgãos ambientais, policiais civis, federais e militares, promotores de justiça e juizes</p>	
<p><b>2.1</b> Capacitação/atualização de 35 promotores de justiça atuantes no Corredor Central</p>	<p>Foram capacitados 35 promotores de justiça em 03 oficinas. A primeira oficina foi realizada em 30/11/2006, durante o IX Congresso Estadual do Ministério Público, realizado em Comandatuba-Bahia, a segunda foi realizada em 22/03/2007, em Salvador e a terceira foi realizada em 12 e 13/06/2008, em Ilheus. Sendo que esta ultima envolveu promotores de justiça, tecnicos dos órgãos ambientais e policiais civis e militares.</p>
<p><b>2.2</b> Capacitao/atualização de 35 policiais civis e militares atuantes no Corredor Central</p>	<p>Foram capacitados 46 Policiais Civis e Militares, durante uma oficina de 5 dias, realizada no periodo entre 30 de julho e 03 de agosto de 2007.</p>
<p><b>2.3</b> Capacitação/atualização de 35 agentes de fiscalização dos órgãos ambientais federal, estadual e municipais atuantes no Corredor Central.</p>	<p>Foram capacitados 20 agentes de fiscalização/técnicos dos órgãos Ibama, ICMBio, SEMA, INCRA e Prefeitura Municipal de Ilhéus, no periodo entre 12 e 13/06/2008, em Ilheus. Esta oficina contou a participação dos promotores de justiça.</p>

<p><b>2.4</b> Capacitação/atualização de 15 juizes atuantes no Corredor Central</p>	<p>Conforme explicado acima, não foi possível realizar a Oficina para Juizes.</p>
<p><b>Produto 3:</b> 02 Manuais de Implementação da Legislação Ambiental no Corredor Central da Mata Atlântica, sendo: 01 manual enfocando a atuação dos Promotores de Justiça e Juizes; 01 Manual enfocando a atuação dos agentes dos órgãos ambientais e dos policiais.</p>	
<p><b>3.1</b> Organização dos currículos, dados e informações resultante das oficinas de capacitação para produzir uma versão preliminar dos manuais.</p>	<p>As publicações foram realizadas através do suporte de uma advogada, contratada como consultora, que apoiou o Ministério Público na organização dos dados.</p>
<p><b>3.2</b> Versão preliminar dos manuais distribuídas para avaliação dos técnicos/equipes de cada órgão</p>	<p>Os materiais preliminares foram discutidos entre os promotores de justiça nas oficinas realizadas. O ultimo caderno, volume 3, foi discutido tambem com técnicos dos órgãos ambientais e policiais.</p>
<p><b>3.3</b> 1,000 exemplares dos Manuais publicados e distribuídos.</p>	<p>Foram concluidas 3 publicações, todas em parceria com o Ministério Público : - 500 exemplares do Manual Penal Ambiental; - 1,500 exemplares do Caderno Ambiental vol. 02; - 1,000 exemplares do Caderno Ambiental vol.03</p>

***Descreva o sucesso do projeto com relação à execução e finalização dos produtos previstos.***

As ações do projeto foram concluídas, exceto pela Oficina com os Juizes, cujo envolvimento não conseguimos sucesso, apesar das tentativas. No total foram realizadas diretamente 04 oficinas, com o envolvimento de 108 pessoas dos órgãos Ministério Público, SEMA - Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, Polícia Militar, Polícia Civil, Ibama, ICMBio - Instituto Chico Mendes, Prefeitura Municipal de Ilheus, Conselho de Meio Ambiente de Ilheus, INCRA e mais 4 técnicos de ONGs **totalizando 112 capacitados**, em uma meta prevista de 120. Apenas 01 juiz teve participação em 02 oficinas.

O projeto inicial previa 2 publicações com tiragem de 1,000 exemplares, **mas foram organizadas 03 publicações, com tiragem de 3,000 exemplares**. A ampliação da tiragem pode ser considerado como substituto às oficinas não realizadas. Tais publicações foram realizadas em parceria com o Ministério Público, sendo :  
- 500 exemplares do Manual Penal Ambiental  
- 1,500 exemplares do Caderno Ambiental vol. 02 "Crimes Ambientais em Espécie"  
- 1,000 exemplares do Caderno Ambiental vol. 03 "Aspectos processuais da Lei nº 9.605/95"

Uma segunda edição, revisada, do Manual Penal Ambiental será publicada até dezembro de 2008, ainda considerando o apoio do projeto.

***Houve algum produto não concluído? Em caso positivo, como isso afetou o impacto geral do projeto?***

Conforme comentado acima, o envolvimento dos juizes nao foi possivel. Na verdade, esta é uma categoria de difícil acesso, ainda mais para trabalhos com ONGs. Em nossa região, conseguimos avançar no contato com apenas 2 juizes, sendo que 1 deles participou de quase todas atividades e o outro participou apenas de algumas discussões internas. De todo modo, o esforço de envolvimento continuara, mesmo com o encerramento do projeto. Em parceria com o Ministerio Publico pretendemos organizar outras oficinas e estamos desenhando outras estrategias de envolvimento do judiciario e, logo após, as eleições de 2008, pretendemos organizar mais uma oficina.

Houve maior avanço no esclarecimento de aspectos da legislação, mas houve pouco avanço na discussão dos procedimentos internos de cada órgão, isto continua sendo uma necessidade, mas os órgãos têm pouca abertura para discutir seus procedimentos internos.

**V. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA**

***Forneça um resumo da implementação das ações requeridas para a política de salvaguarda ambiental e social no âmbito do projeto.***

**VI. LIÇÕES APRENDIDAS DO PROJETO**

***Descreva as lições aprendidas durante as diversas fases do projeto. Considere as lições para futuros projetos, bem como para o desempenho futuro do CEPF.***

***Fase de desenho do projeto (aspectos do desenho do projeto que contribuíram para seu sucesso ou fracasso):***

Em relação ao desenho do projeto, houve dificuldade da equipe no envolvimento dos órgãos, vez que buscavamos uma forma inovadora de atuação dos mesmos e eles tiveram pouco interesse em aderir ao escopo geral do projeto. De fato, todos os órgãos têm seus próprios programas de capacitação e demonstraram pouco interesse em discutí-los de forma integrada, como sugeria o desenho original do projeto.

***Fase de execução do projeto (aspectos da execução do projeto que contribuíram para seu sucesso ou fracasso):***

Na fase de execução, houve constante mudança de direção nos órgãos e mesmo mudança de órgãos, com novos tendo criados como o caso do ICMBio, e outros do estado da Bahia. Isto resultou em muitos atrasos na execução das atividades. De todo modo, depois de muitas tentativas, a ultima oficina contou com a participação de representantes de todos os órgãos e trouxe, finalmente, a discussão integrada que o projeto desejava, resultando na proposição de outras oficinas, que devem ser realizadas com apoio dos próprios órgãos, logo após o periodo das eleições municipais.

## VII. Financiamento Adicional

**Forneça detalhes de outros doadores que ajudaram a financiar este projeto e qualquer financiamento adicional que tenha sido obtido como resultado do apoio do CEPF ou do sucesso deste projeto.**

<b>Doador</b>	<b>Tipo de Financiamento*</b>	<b>Quantia</b>	<b>Comentários</b>
Ministério Público	A	R\$ 20,000	
CARE do Brasil	A	R\$ 5,000	
União Europeia	C	R\$ 10,000	

**\* Financiamento adicional deve ser descrito usando as seguintes categorias:**

- A** *Co-financiamento do projeto (Outros doadores que contribuíram para os custos diretos deste projeto financiado pelo CEPF).*
- B** *Financiamento complementar (Outros doadores que contribuíram para projetos de organizações parceiras relacionados a este projeto financiado pelo CEPF).*
- C** *Alavancagem de novos recursos pelo beneficiário ou pelos parceiros (Outros doadores que contribuíram ou contribuem para a sua organização ou uma organização parceira como resultado direto do sucesso deste projeto financiado pelo CEPF).*
- D** *Alavancagem Regional (Outros doadores que fizeram ou fazem investimentos substanciais em uma região como consequência do investimento do CEPF ou do sucesso relacionado a este projeto).*

**Forneça detalhes sobre a continuação deste projeto e descreva como financiamentos adicionais já obtidos ou em planejamento vão assegurar a sustentabilidade do projeto.**

O projeto deve continuar com a realização de mais 1 oficina com apoio da União Europeia, Ministério Público e CARE do Brasil.

A parceria do IESB com o Ministério Público foi consolidada com as ações deste projeto, de forma que existem muitas ações sendo discutidas em parceria, com ótimas perspectivas de continuidade no longo prazo, como, por exemplo, a publicação da segunda edição revisada do Manual Penal Ambiental até dezembro de 2008.

## VIII. COMENTÁRIOS ADICIONAIS E RECOMENDAÇÕES

As recomendações e comentários são com relação ao formato dos relatórios com solicitação de muitas informações repetitivas ao longo da sua elaboração.

## IX. COMPARTILHANDO INFORMAÇÕES

O CEPF tem como objetivo aumentar a disseminação de experiências, lições aprendidas e resultados entre as organizações beneficiárias, os doadores e outros interessados. Nós fazemos isso disponibilizando os relatórios finais dos projetos em nossa website ([www.cepf.net](http://www.cepf.net)) e divulgando-os em nossa newsletter e em outros meios de comunicação.

Esses documentos são acessados frequentemente por outros beneficiários do CEPF, parceiros, e a comunidade de conservação.

**Por favor complete as informações a seguir:**

**Para mais informações sobre esse projeto por favor entre em contato com:**

**Nome: Marcelo Araujo**

**Endereço: Rua Major Homem Del Rey, 147 Ilhéus Bahia Brasil CEP 45652-180**

**Telefone: 55 73 3634 2179**

**Fax: 55 73 3634 2179**

**Correio eletrônico: [maraujo@iesb.org.br](mailto:maraujo@iesb.org.br)**